



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/12/2012

INDICE

| | |
|-------------------------------|---------|
| 1. JORNAL A TARDE | |
| 1.1. AÇÕES TJMA..... | 1 |
| 1.2. DECISÕES..... | 2 |
| 2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS | |
| 2.1. AÇÕES TJMA..... | 3 - 5 |
| 2.2. CONVÊNIOS..... | 6 |
| 3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO | |
| 3.1. AÇÕES TJMA..... | 7 |
| 3.2. COMARCAS..... | 8 |
| 3.3. CONVÊNIOS..... | 9 |
| 3.4. DECISÕES..... | 10 - 16 |
| 3.5. DESEMBARGADORES..... | 17 |
| 3.6. PRESIDÊNCIA..... | 18 |
| 4. JORNAL O DEBATE | |
| 4.1. AÇÕES TJMA..... | 19 - 20 |
| 5. JORNAL O IMPARCIAL | |
| 5.1. DECISÕES..... | 21 |
| 5.2. DESEMBARGADORES..... | 22 - 24 |
| 6. JORNAL O QUARTO PODER | |
| 6.1. CONVÊNIOS..... | 25 |
| 6.2. DECISÕES..... | 26 |
| 7. JORNAL PEQUENO | |
| 7.1. COMARCAS..... | 27 - 28 |
| 7.2. CONVÊNIOS..... | 29 |
| 7.3. DECISÕES..... | 30 - 32 |
| 7.4. JUIZADOS ESPECIAIS..... | 33 |

TJ realiza última sessão do ano e mostra balanço positivo

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza nesta quarta-feira (19), a última sessão plenária de 2012 – a 24ª administrativa do ano. Na pauta, 26 processos serão apreciados pelos 26 desembargadores que compõem a Corte. Ao longo do ano, o Tribunal concluiu 23 sessões administrativas e 27 sessões jurisdicionais, julgando 230 dos 316 processos recebidos – índice positivo em torno de 72,7%.

A Divisão de Estatística do TJMA aponta aumento de 37,51% no número de processos julgados pela Justiça de 2º Grau. Houve crescimento também na demanda processual, com acréscimo de 4.589 novas ações (33,18%).

Nos últimos 12 meses chegaram ao TJMA 18.216 casos, dos quais foram julgados 14.970, ou seja, 3.587 a mais que em 2011. Os dados foram obtidos com base nos números da demanda processual e dos julgamentos realizados pelo Pleno e câmaras cíveis e criminais.

Na avaliação do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, os resultados mostram desempenho significativo na prestação jurisdicional. “Os números sinalizam esforço contínuo da magistratura de 2º grau no sentido de melhorar sua produtividade”, conclui.

DEMANDA - A demanda média na área cível foi de 1.179 processos/mês em 2012 e se

manteve superior ao quantitativo mensal de processos recebidos em 2011, quando a média atingiu 820 processos/mês. Em comparação com igual período do ano anterior, a demanda de processos cíveis foi superior em cerca de 30%.

Na área criminal, com média de 312 processos/mês, o número de processos recebidos mensalmente em 2012 também superou o volume de processos recebidos no ano passado, quando a média foi de 285 processos/mês.

DESTAQUE NACIONAL - O relatório “Justiça em Números 2012”, do CNJ, situou o Judiciário maranhense em posição nacional relevante quanto a dois indicadores judiciais: movimentação processual e produtividade. O documento aponta que o TJMA obteve destaque positivo em três indicadores, considerando 1º e 2º graus.

O total de processos baixados em 2011 foi superior em 3% ao total de casos novos no Tribunal, com aumento da ordem de 79% em 2011 em relação ao ano anterior.

Outra referência positiva foi a baixa da taxa de congestionamento – percentual de processos que não foram solucionados durante o ano. Apresentou redução de 13 pontos percentuais em relação a 2010, situando o TJMA em 4º lugar no ranking nacional e 1º na região Nordeste.

Justiça nega pedido de trancamento de ação penal contra Domingos Brito

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou pedido de trancamento da ação penal impetrado em habeas corpus pelo secretário de Urbanismo e Habitação de São Luís, Domingos Brito. A câmara manteve a liminar que garante a permanência do secretário e do adjunto da pasta, Walburg Ribeiro.

Brito foi acusado de ter emitido - juntamente com Ribeiro - certidão de uso e ocupação de solo falsa, declarando a conformidade do uso de

moagem de cimento em zona residencial, com o fim de favorecer o licenciamento ambiental da Votorantim Cimentos Norte e Nordeste S/A, em procedimentos que tramitaram na Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Além disso - conforme denúncia do Ministério Público - Brito teria dificultado a apuração dos fatos ao omitir informações e se negar a fornecer documentos tanto nesse processo, quanto em outros que ainda responde na Justi-

ça, levando o MP a pedir o seu afastamento do cargo.

AFASTAMENTO - Para o relator do processo, desembargador Joaquim Figueiredo, não existe nos autos processuais prova incontroversa de que Brito estaria colocando obstáculos à instrução processual. No entendimento do desembargador, a simples afirmação de que o secretário responde a outras ações, sequer decididas, não justificaria o seu afastamento do cargo.

Durante a sessão, a pro-

curadora de Justiça, Rita de Cássia Moreira, apresentou relatório pedindo a cassação da liminar, para que os servidores municipais fossem afastados dos seus respectivos cargos. O pleito não foi acolhido pelo colegiado que entendeu ser descabido o afastamento do secretário antes de transitada em julgado eventual condenação.

O voto do relator Joaquim Figueiredo foi acompanhado pelos desembargadores Raimundo Nonato de Souza (substituto) e Froz Sobrinho.

OPINIÃO

TJ REALIZA ÚLTIMA SESSÃO DO ANO E MOSTRA BALANÇO POSITIVO

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza hoje (19), a última sessão plenária de 2012 - a 24ª administrativa do ano. Na pauta, 26 processos serão apreciados pelos 26 desembargadores que compõem a Corte.
PAG. 02

AVALIAÇÃO

TJ realiza última sessão do ano e mostra balanço positivo

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza hoje (19), a última sessão plenária de 2012 - a 24ª administrativa do ano. Na pauta, 26 processos serão apreciados pelos 26 desembargadores que compõem a Corte. Ao longo do ano, o Tribunal concluiu 23 sessões administrativas e 27 sessões jurisdicionais, julgando 230 dos 316 processos recebidos - índice positivo em torno de 72,7%.

A Divisão de Estatística do TJMA aponta aumento de 37,51% no número de processos julgados pela Justiça de 2º Grau. Houve crescimento também na demanda processual, com acréscimo de 4.589 novas ações (33,18%).

Nos últimos 12 meses chegaram ao TJMA 18.216 casos, dos quais foram julgados

14.970, ou seja, 3.587 a mais que em 2011. Os dados foram obtidos com base nos números da demanda processual e dos julgamentos realizados pelo Pleno e câmaras cíveis e criminais.

Na avaliação do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, os resultados mostram desempenho significativo na prestação jurisdicional. "Os números sinalizam esforço contínuo da magistratura de 2º grau no sentido de melhorar sua produtividade", conclui.

DEMANDA - A demanda média na área cível foi de 1.179 processos/mês em 2012 e se manteve superior ao quantitativo mensal de processos recebidos em 2011, quando a média atingiu 820 processos/mês. Em comparação com igual período do ano anterior, a demanda de

processos cíveis foi superior em cerca de 30%.

Na área criminal, com média de 312 processos/mês, o número de processos recebidos mensalmente em 2012 também superou o volume de processos recebidos no ano passado, quando a média foi de 285 processos/mês.

DESTAQUE NACIONAL - O relatório "Justiça em Números 2012", do CNJ, situou o Judiciário maranhense em posição nacional relevante quanto a dois indicadores judiciais: movimentação processual e produtividade. O documento aponta que o TJMA obteve destaque positivo em três indicadores, considerando 1º e 2º graus.

O total de processos baixados em 2011 foi superior em 3% ao total de casos novos no Tri-

bunal, com aumento da ordem de 79% em 2011 em relação ao ano anterior.

Outra referência positiva foi a baixa da taxa de congestionamento - percentual de processos que não foram solucionados durante o ano. Apresentou redução de 13 pontos percentuais em relação a 2010, situando o TJMA em 4º lugar no ranking nacional e 1º na região Nordeste.

Na relação população e recursos humanos, o TJMA ficou entre os tribunais que possuem menor quadro de magistrados (4,1) e servidores (72) por cem mil habitantes.

"Os dados do CNJ apontam que o Judiciário do Maranhão cresceu em produtividade e na qualidade de serviços", relembra o presidente Guerreiro Júnior.

VINHAIS

Moradores registram queixa contra Dimensão Engenharia

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza hoje (19), a última sessão plenária de 2012 - a 24ª administrativa do ano. Na pauta, 26 processos serão apreciados pelos 26 desembargadores que compõem a Corte. Ao longo do ano, o Tribunal concluiu 23 sessões administrativas e 27 sessões jurisdicionais, julgando 230 dos 316 processos recebidos - índice positivo em torno de 72,7%.

A Divisão de Estatística do TJMA aponta aumento de 37,51% no número de processos julgados pela Justiça de 2º Grau. Houve crescimento também na demanda processual, com acréscimo de 4.589 novas

ações (33,18%).

Nos últimos 12 meses chegaram ao TJMA 18.216 casos, dos quais foram julgados

AVANÇO

Convênio permitirá assistência judiciária gratuita

Convênio celebrado entre o Poder Judiciário do Maranhão e a Justiça Federal vai permitir o pagamento de honorários periciais e de advogados dativos que atuarem em processos de interesse da União nos casos de Assistência Judiciária Gratuita (AJG), junto às comarcas e termos judiciários onde não há varas federais.

Com o convênio - assinado ontem, terça-feira (18) - a Justiça estadual vai poder acessar, a partir do dia 2 de janeiro de 2013, o Sistema Informatizado de Pagamento de Honorários da Justiça Federal de 1º Grau, com o objetivo de viabilizar o pagamento de advogados dativos e peritos autorizados a receber os honorários, a serem pagos pela Justiça Federal.

O convênio tem validade de 60 meses e abrange os processos de interesse da União, principalmente na área previdenciária e de execução fiscal, nas quais atuam juízes de Direito investidos da jurisdição federal delegada, que alcança 109 comarcas do Estado onde não há vara federal. Atualmente, apenas as comarcas de Imperatriz, Caxias e Bacabal possuem sedes da Justiça Federal.

"Esse convênio visa disponibilizar aos magistrados o acesso ao cadastro de profissionais da assistência judiciária gratui-

ta da Justiça Federal e, com isso, agilizar o pagamento de advogados e peritos que auxiliam o trabalho da Justiça", ressalta o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

SISTEMA - O Sistema de Pagamento de Honorários AJG permite o cadastro de pessoas físicas e jurídicas, de forma que possam atuar como advogados voluntários e dativos, peritos, tradutores e intérpretes.

Segundo o diretor do foro da Justiça Federal no Maranhão, Ricardo Macieira, as solicitações e autorizações de pagamento de honorários - hoje enviadas por meio de ofício da autoridade judiciária - serão encaminhadas eletronicamente, pelo sistema.

"A escolha do perito ou defensor é feita pelo sistema, que indica o profissional que vai atuar no processo de forma igualitária, como um sistema de distribuição," destacou o diretor do foro, Ricardo Macieira.

A juíza auxiliar da presidência do TJMA, Francisca Galiza, informou que 98% dos juízes estaduais vão utilizar o sistema de pagamento de honorários da Justiça Federal. Os juízes serão informados sobre o acesso ao sistema para solicitação de honorários devidos e autorização do pagamento aos profissionais. Com base nas informações, a Justiça Federal efetuará o pagamento.

TJ/MA realiza última sessão deste ano e faz balanço

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza hoje a última sessão plenária de 2012 – a 24ª administrativa do ano. Na pauta, 26 processos serão apreciados pelos 26 desembargadores que compõem a Corte. Ao longo do ano, o Tribunal concluiu 23 sessões administrativas e 27 sessões jurisdicionais, julgando 230 dos 316 processos recebidos – índice positivo em torno de 72,7%.

A Divisão de Estatística do TJMA aponta aumento de 37,51% no número de processos julgados pela Justiça de 2º Grau. Houve crescimento também na demanda processual, com acréscimo de 4.589 novas ações (33,18%).

Nos últimos 12 meses, chegaram ao TJMA 18.216 casos, dos quais foram julgados 14.970, ou seja, 3.587 a mais que em 2011. Os dados foram obtidos com base nos números da demanda processual e dos julgamentos realizados pelo Pleno e câmaras cíveis e criminais. Na avaliação do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, os resultados mostram desempenho significativo na prestação jurisdicio-

nal. “Os números sinalizam esforço contínuo da magistratura de 2º grau no sentido de melhorar sua produtividade”, conclui.

Demanda - A demanda média na área cível foi de 1.179 processos/mês em 2012 e se manteve superior ao quantitativo mensal de processos recebidos em 2011, quando a média atingiu 820 processos/mês. Em comparação com igual período do ano anterior, a demanda de processos cíveis foi superior em cerca de 30%.

Na área criminal, com média de 312 processos/mês, o número de processos recebidos mensalmente em 2012 também superou o volume de processos recebidos no ano passado, quando a média foi de 285 processos/mês.

O relatório Justiça em Números 2012, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), situou o Judiciário maranhense em posição nacional relevante quanto a dois indicadores judiciais: movimentação processual e produtividade. O documento aponta que o TJMA obteve destaque positivo em três indicadores, considerando 1º e 2º graus.

Fiscalização

AÇAILÂNDIA - O Comissariado de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Açailândia lançou campanha de fiscalização no Terminal Rodoviário da cidade, visando impedir o embarque de menores sem a devida autorização. A fiscalização das empresas de transportes rodoviários no terminal é a segunda etapa do trabalho. Anteriormente, o Comissariado já passou nas empresas, fazendo trabalho preventivo, de conscientização. A ideia é verificar se as empresas de transporte rodoviário estão cumprindo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Honorários

Convênio celebrado entre o Poder Judiciário do Maranhão e a Justiça Federal vai permitir o pagamento de honorários periciais e de advogados dativos que atuarem em processos de interesse da União nos casos de Assistência Judiciária Gratuita (AJG), junto às comarcas e termos judiciários onde não há varas federais. Com o convênio - assinado ontem - a Justiça estadual vai poder acessar, a partir do dia 2 de janeiro de 2013, o Sistema Informatizado de Pagamento de Honorários da Justiça Federal de 1º Grau.

Câmara Municipal inicia o debate sobre o fim da reeleição na Casa

Projeto do vereador Edmilson Jansen proíbe que membros da Mesa voltem a ocupar o mesmo cargo

Mario Carvalho
Da editoria de Política

A penúltima sessão deliberativa do ano realizada ontem, no plenário da Câmara de São Luís, foi marcada por uma discussão entre o presidente da Casa, vereador Isaías Pereirinha (PSL), e o líder do PTC, Edmilson Jansen. Na pauta, o entrave sobre a possibilidade do fim da reeleição para os membros da Mesa Diretora, passando a vigorar a partir da próxima legislatura, que se inicia no dia 1º de janeiro de 2013 e vai até 31 de dezembro de 2016.

O imbróglio entre os dois parlamentares teve início depois que foi colocado em apreciação o Projeto de Lei nº 184/2012, de iniciativa do vereador Edmilson Jansen, modificando o parágrafo único, do artigo 52, da Lei Or-

gânica do Município, que estabelece o fim da reeleição. Caso a matéria seja aprovada, o dirigente da Mesa Diretora não poderá exercer novo mandato por mais um biênio.

Durante a discussão, o presidente Pereirinha disse que já havia protocolado na Casa um Projeto de Resolução e uma emenda à Lei Orgânica, extinguindo a reeleição para a Mesa Diretora. Edmilson Jansen declarou não ter conhecimento da proposição e garantiu ter protocolado, no último dia 10, proposta nesse sentido, alterando tanto o regimento interno quanto a Lei Orgânica do Município.

Sem haver um consenso, o caso foi encaminhado para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e entrará de novo em pauta na sessão desta quarta-feira (19), junto com o orçamento municipal.



Caso Décio Sá

Justiça quebra sigilo do celular da mulher de Gláucio Alencar

Polícia 6

Justiça quebra sigilo do celular da mulher de Gláucio Alencar

Pedido, que foi feito pela defesa dos agiotas denunciados pela morte do jornalista Décio Sá, tenta esclarecer troca de SMS entre o empresário apontado como financiador do crime e o agenciador *Júnior Bolinha* dias antes do homicídio

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia



CASO DÉCIO

A Justiça do Maranhão decidiu atender ao pedido da defesa dos empresários agiotas Gláucio

Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, e o pai dele, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos - denunciados como mandantes e financiadores do assassinato do jornalista Décio Sá, de 42 anos -, e autorizar a quebra de dois sigilos telefônicos. As linhas móveis em questão são a da mulher de Gláucio Carvalho e a de José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, de 38 anos, um dos intermediadores do crime.

O deferimento da solicitação dos advogados dos indiciados na morte do repórter da editoria de Política de *O Estado* foi feito no dia 10 deste mês, pela juíza Ariane Mendes Castro Pinheiro, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri. "Oficiem-se às operadoras de telefonia (...) para que efetuem a quebra do sigilo de dados dos referidos números, exatamente na data de 30.03.2012, às 00h18, especificamente no tocante às mensagens encaminhadas neste dia e horário, informando a este Juízo o resultado da citada quebra", despachou.

Na data e hora, segundo já informaram os advogados dos denunciados, Gláucio Carvalho teria usado o celular da mulher para responder a uma mensagem de texto enviada por Júnior Bolinha. Os SMS, conforme já amplamente divulgado pela Polícia Civil do Maranhão, durante as investigações sobre o caso, diziam respeito à trama pelo assassinato do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos, ocorrido na manhã do dia seguinte, na cidade de Teresina-PI.



Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José Raimundo Sales Chaves Júnior teriam trocado mensagens antes do crime

Mais

Na mesma cédula assinada pela juíza Ariane Mendes Castro Pinheiro, a titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri determina ainda as datas para as próximas audiências acerca do processo que envolve o caso Décio Sá. Segundo a magistrada, serão ouvidas mais de 45 testemunhas, entre os dias 28 e 31 de janeiro de 2013. As tomadas de depoimentos, ainda conforme o documento judicial, acontecerão no Salão do Júri, no 1º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro Calhau.

A pistolagem foi denunciada com exclusividade por Décio Sá, em sua página na internet (blogdodecio.com.br), postagem na qual o jornalista relacionou o crime como uma "encomenda" feita por um grupo de agiotas no Maranhão. "O teor das mensagens é de grande interesse para a defesa dos denunciados, uma vez que corrobora a tese de que eles não tinham qualquer interesse ou participação na morte do jornalista Décio Sá [sic]", destaca a defesa dos agiotas na petição, endereçada à Justiça no dia 31 de outubro.

O parecer favorável da juíza da 1ª Vara do Tribunal do Júri tinha sido negado no dia 14 de novembro pelo promotor Luís Carlos Duarte,

titular da 24ª Vara Criminal, que, além de indeferir o pedido dos advogados dos agiotas, lembrou que os denunciados não poderiam fazer tal pedido e ainda se mostrou crente na estreita relação entre ambos. "Esta assertiva, dizendo que houve contato entre os acusados, é mais uma prova cabal da relação harmoniosa entre os mesmos", considerou.

Entenda o caso - O jornalista Décio Sá foi assassinado com cinco tiros de pistola calibre ponto 40, por volta das 23h30, do dia 23 de abril, quando estava em uma mesa no restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea. O executor do crime foi o pistoleiro parae-

se Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, que confessou ter recebido apenas R\$ 20 mil dos R\$ 100 mil oferecidos pelos agiotas e por isso resolveu entregar o restante da quadrilha.

Ao todo, 13 pessoas foram indiciadas no inquérito policial. Destas, 12 foram denunciadas pelo Ministério Público Estadual, que reconheceu como legítimas as provas colhidas ao longo das investigações. Entre os intermediadores, Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Bochecha*, de 32 anos, também foi preso na operação. Outros dois ainda estão foragidos: Elker Farias Veloso, o Diego, de 26 anos, e Shirliano Graciano de Oliveira, o *Balão*, de 27 anos.

Completam a lista de denunciados o advogado Ronaldo Ribeiro, responsável pela causa de várias de prefeituras com envolvimento em crimes de agiotagem; dois investigadores da Seic, Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros; Marcos Bruno Silva de Oliveira, de 28 anos, piloto de fuga do matador, e o capitão da Polícia Militar Fábio Aurélio Saraiva Silva, de 36 anos.

Miranda passa mal no presídio e é medicado

O empresário agiota José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos, passou mal na noite de segunda-feira (17) e precisou ser levado às presas para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do bairro Vinhais. É a segunda vez este ano que o pai do também agiota indiciado Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, deixa a carceragem para receber cuidados médicos.

Segundo informações não confirmadas pela Secretaria de Segurança Pública (SSP), que mantém o sigilo sobre o local onde o agiota está custodiado, Miranda foi retirado de uma das celas do Manelão - como é conhecido o presídio do Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão, no bairro Calhau -, em uma viatura da PM. Ele só retornou à carceragem no fim da noite. Porém, a polícia não deu detalhes sobre o verdadeiro estado de saúde do empresário. Em julho, Miranda já havia sentido um mal-estar na prisão e teve que ser levado a uma clínica particular, na Rua do Passeio, Centro.

José de Alencar Miranda Carvalho foi preso por determinação da 1ª Vara do Tribunal do Júri, junto com o filho, no fim da madrugada do dia 13 de junho, em São Luís, durante a Operação Detonando, realizada na capital e no interior, com o emprego de mais de 70 policiais civis, além de uma equipe do Grupo Tático Aéreo (GTA) e 12 delegados.

Miranda foi localizado em uma casa de luxo, no bairro Calhau, onde os investigadores apreenderam 37 talões de cheques em branco, porém, com assinaturas de vários gestores de Prefeituras Municipais. O talonário foi encaminhado para a perícia no Instituto de Criminalística (IML), pois, segundo constatou a comissão investigadora, composta por delegados da Superintendência Es-

tadual de Investigações Criminais (Seic) e Delegacia de Homicídios (DH), tratava-se de uma "rede de agiotagem".

Motivação - A prática criminosa, encabeçada por Gláucio e Miranda, conforme apurado pela polícia judiciária, foi a grande motivação para a encomenda da morte de Décio Sá. No dia 31 de março, o repórter da editoria de Política de **O Estado** foi o primeiro a denunciar em seu blog (blogdodecio.com.br) a morte do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos, ocorrida naquela data em Teresina-PI, havia sido um crime de "pistolagem", encomendado por um grupo de agiotas no Maranhão.

José de Alencar Miranda Carvalho não foi o único integrante da quadrilha suspeita de desviar recursos públicos estaduais e federais (Educação, Saúde, e Merenda Escolar) que precisou deixar a cadeia para ser medicado. Em junho, o também empresário José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, de 38 anos, um dos intermediadores da morte de Décio Sá, sofreu uma crise de hipertensão e teve que deixar a Unidade de Recolhimento de Regime Diferenciado (URRD), no bairro Liberdade.

Na data, *Júnior Bolinha* havia acabado de tomar um suco de laranja, depois de se recusar a tomar o café da manhã e almoçar, o que teria provocado a pressão alta. O diagnóstico foi feito por uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que o levou, escoltado por policiais da Seic, para um hospital da cidade, onde foi medicado por algumas horas e logo em seguida retornou para o prédio da URRD, onde quatro dias depois foi registrada uma tentativa de fuga.

Castelo tenta aprovar projeto ilegal que altera o zoneamento

Contrariando decisão judicial, o prefeito João Castelo (PSDB) tenta mudar as normas de zoneamento hoje na Câmara. **Política 2**

No fim do mandato, Castelo tenta aprovar na Câmara novo zoneamento de São Luís

Proposta encaminhada pela Prefeitura contraria decisão judicial que impede o envio de proposta sobre o assunto antes de prévia discussão com a sociedade

Gilberto Léda
Da editoria de Política

O prefeito de São Luís, João Castelo (PSDB), descumpriu decisão judicial e tenta garantir, hoje, durante a última sessão plenária da Câmara Municipal, a aprovação de projeto de lei que estabelece normas para o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo na capital. Entre as principais alterações, o projeto prevê a elevação, em algumas áreas, do gabarito de prédios construídos na cidade - que hoje é de 15 andares - para 20 andares.

O projeto foi assinado pelo tucano dia 10 de dezembro e chegou ao presidente da Câmara, vereador Isaías Pereirinha (PSL), dois dias depois. A expectativa do Executivo era que ele fosse apreciado e aprovado discretamente, na esteira das discussões sobre o Orçamento do Município de 2013, que acontecem também hoje.

Na mensagem encaminhada aos parlamentares, Castelo destaca a importância da legislação que define o zoneamento para "balizar o desenvolvimento de

uma cidade" e a necessidade de urgência na aprovação da matéria. "O poder público municipal, comprometido com a promoção da cidadania e da qualidade de vida dos seus munícipes, necessita urgentemente atualizar a norma que, aprovada em 1992, não mais se ajusta ao Plano Diretor, aprovado mais recentemente, em 2006", diz o prefeito, sem explicar por que só agora, faltando menos de um mês para o fim do mandato, decidiu tratar sobre o assunto.

Além disso, o projeto já nasce ilegal. Ele afronta medida liminar concedida pela juíza auxiliar respondendo pela 4ª Vara da Fazenda Pública Maria José França Ribeiro, proferida no dia 31 de julho deste ano, proibindo a Prefeitura de São Luís de encaminhar ao Legislativo qualquer lei regulamentadora do Plano Diretor sem estudos técnicos e urbanísticos elaborados pelo Instituto da Cidade, sem a realização de audiências públicas e sem prévia publicidade. No despacho, a magistrada também determinou que a Câmara se abstivesse de aprovar o projeto caso ele fosse enviado - o que efetivamente ocorreu.

A sentença foi proferida nos au-

tos de uma Ação Civil Pública proposta pelo promotor Fernando Barreto, titular 3ª Promotoria Especializada de Proteção do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural. Ele pediu a decretação da nulidade dos processos legislativos que culminaram com a aprovação, em 2010, pela mesma Câmara, de dois projetos de lei que tratavam basicamente do mesmo assunto - o de nº 5.389/2010 e o de nº 5.391/2010 - e, conseqüentemente, a declaração de inconstitucionalidade das leis.

Ao analisar o caso, a juíza apurou que os dois projetos tramitaram com "incomum celeridade". "O fato mais flagrante é que, dos

processos legislativos, não consta qualquer ata de votação [...], propositura de emendas e muito menos a comprovação de sua publicidade ou qualquer procedimento que tenha garantido a participação popular na elaboração e aprovação das leis. [...] Assim, resta devidamente comprovado que os processos legislativos das leis urbanísticas números 5.389/2010 e nº 5.391/2010 [...] foram irremediavelmente evitados de vícios", destacou ela, antes de anular as duas leis, o que fez com que voltasse a valer a legislação de 1992, citada por João Castelo em sua mensagem governamental.



Prefeito João Castelo usou de subterfúgios para pôr em votação projeto proibido pela Justiça

Promotor critica falta de diálogo com a população

O promotor Fernando Barreto, autor da ação que culminou com a declaração de nulidade dos processos legislativos e de inconstitucionalidade das duas leis de zoneamento aprovadas em 2010, disse a **O Estado** que ainda vai tentar evitar hoje que os vereadores aprovem a matéria. Segundo ele, não há como forçá-los a não apreciar o projeto de lei.

"O que se pode fazer é recomendar que não votem, mostrando a eles o risco que correm ao descumprir uma decisão judicial", pontuou.

Barreto acrescenta que a principal crítica à forma como o prefeito tem tentado aprovar projetos que tratam do zoneamento na Câmara de São Luís diz respeito à falta de diálogo. "Desconheço os motivos que levaram o prefeito a apresentar esse projeto somente agora, mas uma coisa é certa: ao não permitir que a população o conheça, há uma

clara violação à publicidade e ao dever de legalidade com a sociedade", argumentou.

O representante do Ministério Público disse ainda que, mesmo que não houvesse decisão judicial proibindo o envio do projeto ao legislativo, o próprio Plano Diretor já é claro sobre a necessidade de respeito ao princípio da publicidade.

"O próprio Plano Diretor já estabelece a necessidade de audiências públicas e de prévia publicidade dos atos. O não cumprimento desses preceitos configura-se em ato de improbidade administrativa", comentou.

O presidente da Câmara Municipal, Isaiás Pereirinha (PSL), foi procurado por **O Estado** para responder se colocará o projeto de lei em pauta, mas seu telefone esteve durante toda a tarde na caixa postal. A Prefeitura de São Luís não respondeu à solicitação de nota sobre o assunto encaminhada via e-mail.



Fernando Barreto vai tentar evitar aprovação do projeto na Câmara

Mais

A Prefeitura de São Luís recorreu da decisão da juíza Maria José França Ribeiro e chegou a conseguir suspender a liminar. Mas o promotor Fernando Barreto protocolou embargos de declaração e garantiu a validade da sentença. Depois disso, o próprio Município recorreu ao TJ, mas o desembargador Antônio Guerreiro Júnior manteve os embargos. O Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA) também tentou derrubá-los nas Câmaras Cíveis Reunidas do TJ, sem sucesso.



O complicado é você decidir a vida das pessoas sem que elas saibam"

Fernando Barreto, promotor do Meio Ambiente

Nossa Arte nas Escolas fecha 2012 visitando mais de 50 unidades de ensino

Projeto da Fundação Cultural de Imperatriz em parceria com a Vara da Infância e Juventude leva atividades artísticas para as escolas que fazem parte da rede municipal

IMPERATRIZ - Para além dos muros, salas e laboratórios, a escola representa um espaço público de convivência, onde o conhecimento dos livros se mistura com as trocas de experiências e vivências da comunidade escolar.

É para potencializar ainda mais esse espaço que o Projeto Nossa Arte nas Escolas, uma iniciativa da Prefeitura de Imperatriz, por intermédio da Fundação Cultural de Imperatriz (FCI), propõe uma série de atividades artísticas e culturais nas escolas públicas municipais.

“Incentivando a circulação e democratização dos bens e produtos culturais dos artistas imperatrizenses, nós estamos aproximando os nossos alunos da cultura de nossa cidade e região, por meio de música, prosa e poesia”, afirmou Lucena Filho, presidente da FCI.

O projeto foi levado a escolas das zonas urbana e rural, fazendo com que a cultura esteja de fato no dia a dia dos alunos, professores e toda a comunidade escolar.

A última atividade de 2012 aconteceu na Escola Moreira Neto, na Lagoa Verde, com a apresentação dos próprios alunos ao lado do cantor Nenem Bragança.

“O projeto tem promovido o protagonismo dos valores e talentos da própria comunidade escolar, de modo a incentivar e integrar essa produção”, afirmou Zeca Tocantins, coordenador da FCI, que ressaltou também a importância da partici-



Alunos da rede municipal participam de projeto que tem como objetivo envolvê-los no mundo da arte

Mais

O Projeto Nossa Arte nas Escolas é fruto de uma parceria entre a Fundação Cultural de Imperatriz, a Secretaria Municipal de Educação e a Vara da Infância e Juventude.

pação da Vara da Infância e Juventude nas atividades.

“Esta é uma parceria que tem permitido a ampliação da abrangência do projeto. Cultura, educação, direitos e deveres das crianças e adolescentes são tratados como temas indissociáveis”, explicou o coordenador.

O juiz Delvan Tavares, titular da Vara da Infância e Juventude, acompanha as palestras dos comissários nas escolas. Eles orientam os estudantes a trilharem o caminho da educação, da cultura e do esporte.

Os escritores que participaram

da ação, caso de Livaldo Fregona, Francisco Itaerço Bezerra, Gilmar Pereira, todos membros da Academia Imperatrizense de Letras (AIL), fazem questão de fazer parte da comitiva de intelectuais e artistas que integram o projeto.

“Também fico orgulhoso em poder compartilhar com eles as minhas obras, pois sinto que eles têm interesse em conhecer o que produzimos de literatura em Imperatriz”, disse Fregona.

Avanço - Em funcionamento desde 2010, o projeto já visitou mais de 50 escolas do município e busca expandir suas ações para escolas da rede estadual e privada de Imperatriz para o ano que vem.

“Estamos pleiteando a aquisição de um veículo estilo van para poder proporcionar o intercâmbio cultural entre as escolas, levando apresentações culturais de um estabelecimento de ensino para outro”, explicou Zeca Tocantins.

Cidadão

O presidente do Poder Judiciário, desembargador Guerreiro Júnior, receberá, amanhã à noite, o título de Cidadão Pinairense, em sessão solene da Câmara Municipal de Pinaireiro.

O título a Guerreiro Júnior foi concedido em novembro de 2010, quando ele exercia a função de corregedor-geral da Justiça.

São os autores da homenagem os vereadores Oziel Menezes e Carlos Alberto Reis.

MARANHÃO

TJ realiza última sessão do ano e mostra balanço positivo

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza nesta quarta-feira (19), a última sessão plenária de 2012 - a 24ª administrativa do ano. Na pauta, 26 processos serão apreciados pelos 26 desembargadores que compõem a Corte. Ao longo do ano, o Tribunal concluiu 23 sessões administrativas e 27 sessões jurisdicionais, julgando 230 dos 316 processos recebidos - índice positivo em torno de 72,7%.

A Divisão de Estatística do TJMA aponta aumento de 37,51% no número de processos julgados pela Justiça de 2º Grau. Houve crescimento também na demanda processual, com acréscimo de 4.589 novas ações (33,18%).

Nos últimos 12 meses chegaram ao TJMA 18.216 casos, dos quais foram julgados 14.970, ou seja, 3.587 a mais que em 2011. Os dados foram obtidos com base nos números da demanda processual e dos julgamentos realizados pelo Pleno e câmaras cíveis e criminais.

Na avaliação do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, os resultados mostram desempenho significativo na prestação jurisdicional. "Os números sinalizam esforço contínuo da magistratura de 2º grau no sentido de melhorar sua produtividade", conclui.

Demanda - A demanda média na área cível foi de 1.179 processos/mês em 2012 e se manteve superior ao quantitativo mensal de processos recebidos em 2011, quando a média atingiu 820 processos/mês. Em comparação com igual período do ano anterior, a demanda de processos cíveis foi superior em cerca de 30%.

Na área criminal, com média de 312 processos/mês, o número de processos recebidos mensalmente em 2012 também superou o volume de processos recebidos no ano passado, quando a média foi de 285 processos/mês.

Destaque nacional - O relatório "Justiça em Números 2012", do CNJ, situou o Judiciário maranhense em posição nacional relevante quanto a dois indicadores judiciais: movimentação processual e produtividade. O documento aponta que o TJMA obteve destaque positivo em três indicadores, considerando 1º e 2º graus.

O total de processos baixados em 2011 foi superior em 3% ao total de casos novos no Tribunal, com aumento da ordem de 79% em 2011 em relação ao ano anterior.

Outra referência positiva foi a baixa da taxa de congestionamento - percentual de processos que não foram solucionados durante o ano. Apresentou redução de 13 pontos percentuais em relação a 2010, situando o TJMA em 4º lugar no ranking nacional e 1º na região Nordeste.

Na relação população e recursos humanos, o TJMA ficou entre os tribunais que possuem menor quadro de magistrados (4.1) e servidores (72) por cem mil habitantes.

"Os dados do CNJ apontam que o Judiciário do Maranhão cresceu em produtividade e na qualidade de serviços", relembra o presidente Guerreiro Júnior.

Os fatos e suas versões

Há um provérbio chinês que diz muito sobre o material que juízes e jornalistas são obrigados, por dever de ofício, a manusear: "Os fatos têm três versões: a minha, a sua e a verdadeira". O caso do operário da Caema, José Raimundo Ribeiro, que acusou um delegado e policiais de abuso de autoridade, ao prendê-lo com violência, se enquadra no dito acima. A matéria ganhou espaço no programa "Fantástico" e nos telejornais da TV Mirante, com uma versão completamente diferente da apresentada pelo corregedor-geral de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, e o juiz do 1º Juizado Criminal de São Luís, Lucas da Costa Ribeiro Neto, com quem a questão foi resolvida.

Raimundo Ribeiro registrou queixa na polícia contra o delegado Alberto Castelo Branco e os policiais. O caso passou pela Corregedoria da Polícia, e o processo foi arquivado. O órgão constatou que houve apenas uma ação forte da Polícia, compatível com a resistência de Ribeiro ao ser preso. Em resposta às notícias, o corregedor Cleones classificou a informação de equivocada, pois o juiz Lucas Neto não foi ouvido na matéria. A sua versão é completamente diferente do que saiu nas TVs.

Os fatos: como havia duas ocorrências sobre o mesmo caso, com versões diferentes, o juiz marcou audiências pré-processuais, no mesmo dia. O delegado, os policiais e o operário compareceram acompanhados de quatro advogados, além do representante do Ministério Público, com vistas a uma possível conciliação, que acabou ocorrendo. Raimundo se comprometeu a pagar R\$ 100, em duas parcelas. Mas isso não foi condenação, segundo Lucas Neto. "Foi uma opção. Transação penal é uma proposta, e não uma pena, que é condenatória", ensinou Lucas Neto.

Por sua vez, o delegado Castelo Branco se comprometeu a pagar multa de R\$ 1 mil, dividida em seis parcelas de R\$ 166,66. Os policiais José Luís Cardoso e Sarney Simões Ferreira se comprometeram a pagar multa de R\$ 300 para cada, em três parcelas no valor de R\$ 100. O dinheiro não foi para nenhuma das partes, mas para entidades filantrópicas, registradas no juizado Especial. Tudo de acordo com os advogados e o promotor de Justiça. Como se poder ver, as versões dos fatos têm o poder até de esmagar a verdade dos fatos, o que em jornalismo é o lado ruim da notícia. Na Justiça, é o lado cruel dos fatos, transformado em iniquidade.

MAURICIO ALEXANDRE/OIMPID.A PRESS



DIPLOMADO

"Será um trabalho de combate à corrupção", diz Edivaldo

A Cerimônia de Diplomação contou com a presença do prefeito, da presidente do TRE, Anildes Cruz, e do corregedor do TRE, Reinaldo Rodrigues (foto), além de outras autoridades. Edivaldo destacou em seu discurso que vai promover a "mudança de velhas práticas administrativas".

POLÍTICA 3

■ CERIMÔNIA

Eleitos são diplomados

Edivaldo Holanda Jr. convoca a "boa imprensa" e população para "cruzada moral" contra a corrupção. Petecista afirma: "Não tenho direito de decepcionar". 31 vereadores e 24 suplentes foram diplomados

MARCUS SALDANHA

Em seu discurso de diplomação ontem no fim da tarde, o prefeito eleito de São Luís Edivaldo Holanda Jr. enfatizou o combate à corrupção. "Será um trabalho de mudança de velhas práticas administrativas e combate à corrupção", disse, dando o tom de sua gestão. Para a tarefa, convocou o que chamou de "Imprensa Livre" e "Boa Imprensa", os sindicatos, empresários e a população.

Edivaldo chegou ao auditório do Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana acompanhado da esposa, sob aplausos e demonstrando bastante otimismo. Cercado por jornalistas, parecia estar ciente da expectativa criada em torno de seu mandato. "Nenhuma outra eleição aconteceu entre nós com tamanho sentimento de esperança. Não tenho o direito de decepcionar essa gente que me escolheu para ser o agente da mudança", discursou.

Além do prefeito e seu vice, Roberto Rocha, foram diplomados os 31 vereadores e mais 24 suplentes, dois por coligação-partido. O jovem vereador Ricardo Diniz, eleito com menor investimento financeiro entre

os edis, segundo prestação de contas do TRE, disse estar muito feliz e ciente de sua responsabilidade. "Agora, a responsabilidade é maior. Estamos empenhados em fazer um grande trabalho. Como o prefeito disse, temos que fazer o melhor".

Importante lembrar que, entre os 31 vereadores diplomados ontem, somente 15 conseguiram reeleição e 16 foram eleitos para o seu primeiro mandato. Fato que mostra que o povo, mesmo que lentamente, vem avaliando seus eleitos. Em recente audiência pública na Câmara, o presidente da Casa, Pereirinha, afirmou que a cada quatro anos enfrentava uma espécie de vestibular muito concorrido, referindo-se à acirrada disputa eleitoral. Talvez seja mais que um vestibular, já que a diplomação vem no início do trabalho.

"Os candidatos a cada peleja eleitoral se dão conta de que o eleitor está mais exigente. Embora ainda exista um sentimento de impunidade, os tempos mudaram e hoje o cidadão é protagonista", enfatizou o juiz do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil Aguiar da Silva.

Naadson, de 29 anos, salgadei-

ro, desempregado, vendia pipoca do lado de fora de onde ocorria o evento. Apesar do faturamento da noite, apelou: "Espero que o cara que tá lá dentro faça a mudança. A gente precisa de emprego, e a cidade precisa de cuidados, tá cheia de buracos. Ultimamente, não tão governando bem. A gente torce por isso". Clamou Naadson, a voz do povo, povo que elegeu os recém-diplomados.

A cerimônia de posse está marcada para o dia primeiro de janeiro, às 15h, no auditório da Fiema. Antes da posse do prefeito, serão empossados os vereadores e, em seguida, haverá a votação para presidente da Casa. Mas somente no segundo dia de fevereiro, após o recesso de fim de ano, a Câmara retoma seu trabalho.

A Cerimônia de diplomação foi organizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE) e realizada no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana. Contou com a presença do prefeito, do vice-prefeito e vereadores eleitos, os 24 suplentes de vereadores, da presidente do TRE, Anildes Cruz, e do corregedor do TRE, Reinaldo Rodrigues.



Será um trabalho de mudança de velhas práticas administrativas e combate à corrupção



É uma emoção muito grande agora nossa diplomação. Expectativa também de fazer um grande trabalho por São Luís. Sabemos que os problemas são grandes pela péssima administração atual, mas vamos retirar a cidade da situação de caos que está instalado

Edivaldo Holanda Júnior,
prefeito de São Luís

pressa para formar equipe

O CORRÊA

Durante sua diplomação ontem, o prefeito eleito Edivaldo Holanda Júnior (PTC) falou sobre alguns pontos de sua administração como a demora para montagem de secretariado, as desistências de indicados e o planejamento para os três primeiros meses de administração.

Edivaldo falou da expectativa para a chegada do dia 1º de janeiro para administrar a cidade, momento iniciado já ontem na diplomação. "É uma emoção muito grande agora nossa diplomação. Expectativa também de fazer um grande trabalho por São Luís. Sabemos que os problemas são grandes pela péssima administração atual, mas vamos retirar a cidade da situação de caos que está instalado. Com a benção de Deus, ele nos dará sabedoria para fazer um grande governo".

O petecista justificou a demora na montagem do secretariado pelo zelo e busca dos melhores nomes. Para ele, esta demora é positiva para que se tenha o melhor "time" na gestão. O prefeito confirmou que a pasta da Agricultura será para indicação do PSB, e Planejamento e Fazenda devem ter técnicos de fora. "Ainda faltam poucos secretários. Agricultura, que é do PSB, Planejamento e Fazenda que podem vir ou não de fora. Estamos sem pressa justamente para que possamos escolher os melhores nomes para formar um grande time. Temos observado critério técnico. Os secretários estão com muita vontade de trabalhar. Estão com o mesmo espírito do prefei-

to para trabalhar por São Luís". Ele garantiu que até semana que vem deve fechar os poucos nomes que faltam. Agricultura, Planejamento e Fazenda são as que ainda emperam o fechamento do secretariado.

Sobre a divulgação do secretariado por e-mail, Edivaldo brincou: "o governo não é diferente. Então a forma de divulgar também é diferente".

O novo chefe do Executivo municipal disse que as desistências não são motivo de crise. "Os que não quiseram foi questão de ordem pessoal, de foro íntimo. Não temos como segurar. Não há crise alguma. Foram dois grandes nomes que decidiram não ficar no governo".

Edivaldo dividiu o planejamento da administração em dois. Primeiro está elaborando com os secretários a gestão para os primeiros 100 dias de governo, depois será feito o planejamento para o restante da gestão, com o objetivo de dar o "choque de gestão". "A prefeitura passa por um momento crítico com relação a finanças. Orçamento reduzido. Temos através da boa gestão aplicando o recurso da forma correta, combatendo a corrupção, fazer uma grande administração".

O prefeito eleito lamentou as poucas informações que a equipe de transição obteve com a prefeitura. "Infelizmente, houve dificuldade para obter informações. Estamos trabalhando em meio a poucas informações que tivemos".

Quanto às finanças, a principal preocupação do prefeito é com R\$ 500 milhões só de restos a pagar que ficaram da administração atual.



Prefeito eleito Edivaldo Holanda Júnior chegou acompanhado da mulher, Camila Chaves, para cerimônia de diplomação



Vereadores e suplentes recebem títulos. Porém, posse só acontece no dia 1º de janeiro, junto com o prefeito e vice-prefeito

Em 2013

Convênio agiliza assistência judiciária gratuita

Convênio celebrado entre o Poder Judiciário do Maranhão e a Justiça Federal vai permitir o pagamento de honorários periciais e de advogados dativos que atuarem em processos de interesse da União nos casos de Assistência Judiciária Gratuita (AJG), junto às comarcas e termos judiciários onde não há varas federais.

Com o convênio – assinado nesta terça-feira (18) – a Justiça estadual vai poder acessar, a partir do dia 2 de janeiro de 2013, o Sistema Informatizado de Pagamento de Honorários da Justiça Federal de 1º Grau, com o objetivo de viabilizar o pagamento de advogados dativos e peritos autorizados a receber os honorários, a serem pagos pela Justiça Federal.

O convênio tem validade de 60 meses e abrange os processos de interesse da União, principalmente na área previdenciária e de execução fiscal, nas quais atuem juízes de Direito investidos da jurisdição federal delegada, que alcança 109 comarcas do Estado onde não há vara federal. Atualmente, apenas as comarcas de Imperatriz, Caxias e Bacabal possuem sedes da Justiça Federal.

“Esse convênio visa disponibilizar aos magistrados o acesso ao cadastro de profissionais da assistência judiciária gratuita da Justiça Federal e, com isso, agilizar

o pagamento de advogados e peritos que auxiliam o trabalho da Justiça”, ressalta o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

SISTEMA - O Sistema de Pagamento de Honorários AJG permite o cadastro de pessoas físicas e jurídicas, de forma que possam atuar como advogados voluntários e dativos, peritos, tradutores e intérpretes.

Segundo o diretor do foro da Justiça Federal no Maranhão, Ricardo Macieira, as solicitações e autorizações de pagamento de honorários – hoje enviadas por meio de ofício da autoridade judiciária – serão encaminhadas eletronicamente, pelo sistema.

“A escolha do perito ou defensor é feita pelo sistema, que indica o profissional que vai atuar no processo de forma igualitária, como um sistema de distribuição,” destacou o diretor do foro, Ricardo Macieira.

A juíza auxiliar da presidência do TJMA, Francisca Galiza, informou que 98% dos juízes estaduais vão utilizar o sistema de pagamento de honorários da Justiça Federal. Os juízes serão informados sobre o acesso ao sistema para solicitação de honorários devidos e autorização do pagamento aos profissionais. Com base nas informações, a Justiça Federal efetuará o pagamento.

Política

Justiça nega pedido de trancamento de ação penal contra Domingos Brito

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou pedido de trancamento da ação penal impetrado em habeas corpus pelo secretário de Urbanismo e Habitação de São Luís, Domingos Brito. A câmara manteve a liminar que garante a permanência do secretário e do adjunto da pasta, Walburg Ribeiro.

Brito foi acusado de ter emitido – juntamente com Ribeiro – certidão de uso e ocupação de solo falsa, declarando a conformidade do uso de moagem de cimento em zona residencial, com o fim de favorecer o licenciamento ambiental da Votorantim Cimentos Norte e Nordeste S/A, em procedimentos que tramitaram na Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Além disso – conforme denúncia do Ministério Público – Brito teria dificultado a apuração dos fatos ao omitir informações e se negar a fornecer documentos tanto nesse processo, quanto em outros que ainda responde na Justiça, le-

vando o MP a pedir o seu afastamento do cargo.

AFASTAMENTO –

Para o relator do processo, desembargador Joaquim Figueiredo, não existe nos autos processuais prova incontroversa de que Brito estaria colocando obstáculos à instrução processual. No entendimento do desembargador, a simples afirmação de que o secretário responde a outras ações, sequer decididas, não justificaria o seu afastamento do cargo.

Durante a sessão, a procuradora de Justiça, Rita de Cássia Moreira, apresentou relatório pedindo a cassação da liminar, para que os servidores municipais fossem afastados dos seus respectivos cargos. O pleito não foi acolhido pelo colegiado que entendeu ser descabido o afastamento do secretário antes de transitada em julgado eventual condenação.

O voto do relator Joaquim Figueiredo foi acompanhado pelos desembargadores Raimundo Nonato de Souza (substituto) e Froz Sobrinho.

Último júri na Comarca de Rosário absolve réu ausente

Sessão do Tribunal do Júri, promovida pela 1ª Vara da Comarca de Rosário na manhã dessa segunda-feira (17), absolveu o réu Antonio da Silva Santos, ausente ao julgamento, da acusação de homicídio contra Rubens Loura dos Santos. O crime ocorreu no dia 23 de dezembro de 2006, por volta das 19h, no Povoado Tingidor. Com início às 9h e término às 12h, o júri foi presidido pela titular da Vara, juíza Rosângela Prazeres Macieira.

O Conselho de Sentença absolveu o réu acolhendo a tese sustentada tanto pela representante do Ministério Público, Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça, como pelo defensor do réu, advogado Tharsys Castro Bezerra Fialho – a de legítima defesa putativa (erro plenamente justificado pelas circunstâncias, que supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima – CP, artigo 20, § 1º)

Legítima defesa – Segundo a juíza, o réu compareceu a todas as audiências, confessando o crime sob a alegação de ter agido em legítima defesa putativa. Com a publicação da decisão de pronúncia, o réu não foi localizado, determinando-se sua intimação mediante edital, conforme estabelece o parágrafo único do art. 420, do Código de Processo Penal, explica a magistrada.

CGJ divulga plantão judiciário da Comarca de SL para o recesso forense

Por meio da Portaria nº 3472/2012, a Corregedoria Geral da Justiça designou os juízes que responderão pelo plantão judiciário da Comarca de São Luís durante o recesso forense. O plantão funcionará no Fórum Des. Sarney Costa, em regime de 24 horas diários, com horário presencial obrigatório das 9h às 12h.

Responderão pelo plantão Cível os seguintes magistrados: Carlos Henrique Rodrigues Veloso, de 20 a 25 de dezembro; Diva Maria de Barros Mendes, de 26 a 31 de dezembro; e Sônia Maria Amaral Ribeiro, dia 1º a 6 de janeiro.

Já pelo plantão Criminal responderão os seguintes juízes: José dos Santos Costa, de 20 a 25 de dezembro; José Ribamar Goulart Heluy Junior, de 26 a 31 de dezembro; e Rosária de Fátima Almeida Duarte, de 1º a 6 de janeiro.

Secretários e oficiais – Já em relação aos secretários judiciais e oficiais de Justiça, o plantão foi designado pelo juiz diretor do Fórum de São Luís, Sebastião Lima Bonfim.

No plantão Cível, os secretários judiciais que responderão são: Isabel

Cristina Fialho, da 2ª Vara da Fazenda Pública, de 20 a 25 de dezembro; Camila Menezes Pinheiro, do 3º Juizado Especial Cível, de 26 a 31 de dezembro; e Marcella Correa Lauande, do 7º Juizado Especial Cível, de 1º a 6 de janeiro.

Os oficiais que estão no plantão Cível são: Ana Claudia Nunes Sousa, de 20 a 25 de dezembro; Rafaela Brandão de Lima, de 26 a 31 de dezembro; e Ademilde de Jesus Andrade Ferreira, de 1º a 6 de janeiro.

No plantão Criminal, respondem os seguintes secretários judiciais: Talga Rylla Araújo, da 1ª Vara de Entorpecentes, de 20 a 25 de dezembro; Thays Maciel Melo, da 4ª Vara do Tribunal do Júri, de 26 a 31 de dezembro; e Omar Mendes Júnior, da Auditoria Militar, de 1º a 6 de dezembro.

Os oficiais do plantão Criminal designados são: Luis Fernando Barros Costa, de 20 a 25 de dezembro; Ivana Gomes Alves, de 26 a 31 de dezembro; e César Roberto Pinheiro Filho, de 1º a 6 de janeiro.

O contato do plantão judiciário Cível será feito por meio do telefone (98) 8811-2153, e o plantão Criminal pelo telefone (98) 8802-7484.

TJ-MA assina convênio com a Justiça Federal

A Justiça Federal e o Tribunal de Justiça assinaram convênio, ontem, para permitir o pagamento de honorários periciais e de advogados dativos que atuarem em processos de interesse da União nos casos de assistência judiciária gratuita junto às comarcas onde não há varas federais.

O convênio foi assinado pelo Diretor do Foro, Juiz Federal Ricardo Macieira, e pelo presidente do TJ, Guerreiro Júnior, na presença do vice-diretor do foro, Juiz Federal Clodomir Sebastião Reis, e da Juíza Auxiliar da Presidência do TJ, Francisca Galiza.

O convênio vai possibilitar que, a partir do dia 2 de janeiro, a justiça estadual possa acessar o Sistema informatizado da Justiça Federal – AJG – para viabilizar o pagamento de advogados dativos e peritos autorizados a receber os honorários a serem pagos pela Justiça Federal.

Justiça nega pedido de trancamento de ação penal contra Domingos Brito

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) negou pedido de trancamento da ação penal impetrado em habeas corpus pelo secretário de Urbanismo e Habitação de São Luís, Domingos Brito. A câmara manteve a liminar que garante a permanência do secretário e do adjunto da pasta, Walburg Ribeiro.

Brito foi acusado de ter emitido – juntamente com Ribeiro – certidão de uso e ocupação de solo falsa, declarando a conformidade do uso de moagem de cimento em zona residencial, com o fim de favorecer o licenciamento ambiental da Votorantim Cimentos Norte e Nordeste S/A, em procedimentos que tramitaram na Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Além disso – conforme denúncia do Ministério Público – Brito teria dificultado a apuração

dos fatos ao omitir informações e se negar a fornecer documentos tanto nesse processo, quanto em outros que ainda responde na Justiça, levando o MP a pedir o seu afastamento do cargo.

Afastamento – Para o relator do processo, desembargador Joaquim Figueiredo, não existe nos autos processuais prova incontroversa de que Brito estaria colocando obstáculos à instrução processual. No entendimento do desembargador, a simples afirmação de que o secretário responde a outras ações, sequer decididas, não justificaria o seu afastamento do cargo.

Durante a sessão, a procuradora de Justiça, Rita de Cássia Moreira, apresentou relatório pedindo a cassação da liminar, para que os servidores municipais fossem afastados dos seus respectivos cargos. O pleito não foi acolhido pelo colegiado que entendeu ser descabido o afastamento do secretário antes de transitada em julgado eventual condenação.

O voto do relator Joaquim Figueiredo foi acompanhado pelos desembargadores Raimundo Nonato de Souza (substituto) e Froz Sobrinho.

CONTRA DECISÃO JUDICIAL***Vereadores
de SL votam
modificação
de zoneamento
do município***

A Câmara Municipal deve votar hoje um projeto para modificar as normas para o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo do município de São Luís. A modificação poderá ter implicações na construção civil, na zona rural da cidade, na zona industrial e na zona urbana da capital.

PÁGINA 2 _____

Vereadores votam modificação de zoneamento da cidade contra decisão judicial

Sem audiência pública, discussão com a sociedade civil e sem projeto técnico, foi enviada à Câmara Municipal de São Luís um projeto para modificar as normas para o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo do município de São Luís. A modificação poderá ter implicações na construção civil, na Zona Rural da cidade, na Zona Industrial e na Zona Urbana de São Luís.

Enviado ainda no início deste mês (10 de dezembro de 2012), o projeto que deverá ser votado na manhã de hoje pelos vereadores. A votação poderá acontecer junto com o Orçamento Municipal de 2013, que não poderá ser adiado.

Em julho deste ano, a juíza da 4ª Vara da Fazenda Pública, Maria José França Ribeiro, condenou a prefeitura de São Luís a não enviar "qualquer legislação regulamentadora do Plano Diretor de São Luís sem

estudos técnicos e urbanísticos elaborados pelo Instituto da Cidade e sem ampla publicidade e participação popular".

A mesma sentença determina que a Câmara não poderá votar o assunto caso não se encaixe nas condições determinadas por lei. A ação foi movida pelo Ministério Público Federal ainda em 2011.

Mesmo com os impedimentos legais, o projeto está em pauta para votação na Câmara, sem esclarecer à população as implicações que as modificações poderão acarretar em toda a cidade. No projeto, a prefeitura argumenta que as mudanças são necessárias devido ao crescimento urbano e industrial de São Luís. Alguns vereadores adiantaram que tentarão adiar a votação e fazer com que o projeto passe pelos trâmites estabelecidos por lei, como audiência pública e elaboração de projeto técnico.

❖❖ A Coordenadoria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais informou, ontem, que o sistema Projudi – Processo Judicial Digital – será paralisado nesta quarta-feira (19), a partir do meio-dia.